

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado*

Class.: 180 XGR

Data: 09.12.84

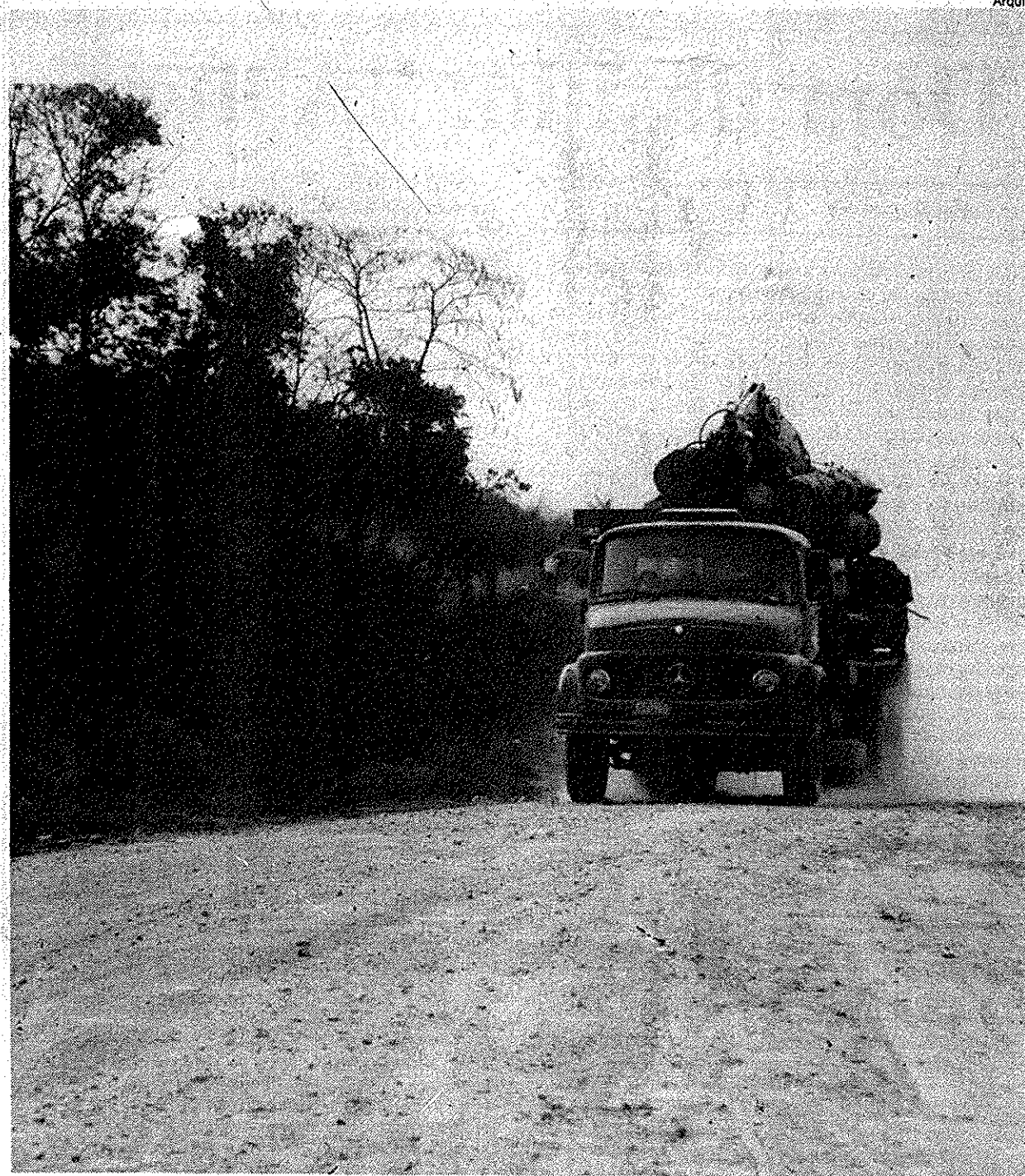
Pg.:



Os indígenas querem vender madeiras da reserva para pagar o que devem ao comércio de Ibirama



A cada ano, o indígena afasta-se dos traços dos seus antepassados



A extração indiscriminada de madeira compromete a ecologia do Vale

Índios devem 400 milhões. E não querem ser "caloteiros"

por Laudelino José Sardá

Os índios da reserva Duque de Caxias devem ao comércio de Ibirama cerca de Cr\$ 400 milhões, e pretendem baixar este débito com o dinheiro que pensam em obter com a venda de 13 mil metros cúbicos de sassafrás, empilhados em suas terras. Esta madeira foi embargada pelo IBDF porque seu corte não obedeceu a critérios técnicos. A Funai, todavia, acredita na sua liberação, mas advertiu os indígenas que não reconhece suas dívidas. "O dinheiro será aplicado na reserva".

O Delegado da Funai do Paraná, José Carlos Alves, a quem está subordinada a reserva Duque de Caxias, garantiu que, juridicamente, estas dívidas são nulas. "Todos os débitos contraídos por índios através de negócios com brancos, não têm garantias, porque a lei não lhes dá amparo".

Com 1.150 índios e cerca de 250 brancos, a reserva Duque de Caxias tem se caracterizado, nos últimos anos, pelo clima de tensão em que vive sua população. Os hábitos e costumes herdados dos xokleng e Kaingang que habitavam todo o Alto Vale do Itajaí até a chegada dos imigrantes alemães, deram lugar às inovações que a sociedade tem lhes proporcionado. Os televisores, eletrodomésticos e mesmo os 39 veículos comprados com recursos obtidos da venda individual e clandestina de madeira, despertaram-nos para uma nova filosofia de vida. O rio Hercílio, que ajudou até a década de 40, a tribo a sobreviver com a pesca, serve, atualmente, para amenizar o calor. E a caça está somente na lembrança trazida pelos arcos e flechas produzidos hoje para fins comerciais.

E nem mesmo a agricultura entra no roteiro da vida dos descendentes dos xokleng, kaingang e guarani. Por mais que a Funai tenha atuado no sentido de conscientizá-los, em torno da necessidade de haver trabalho na lavoura, os indígenas preferem manter-se dependentes apenas da abundante reserva de madeira. E brigam pela sua exploração, mesmo que isto venha desfigurando a região, que nos tempos passados era coberta por uma vegetação densa.

O MAIOR PERIGO

Os sete mil hectares de terras da reserva Duque de Caxias possuem ainda mais de um milhão de metros cúbicos de madeira. A maioria é constituída de sassafrás, do qual se extrai o óleo. Se não tivesse ocorrido o corte indiscriminado a região indígena contaria hoje com mais de dois milhões de metros cúbicos de madeira. E este é o único problema que tem levado a reserva a um estado quase que permanente de "guerra".

O IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — é tido pelos índios como seu "principal inimigo branco". Porque é o único órgão a frear o corte indiscriminado de madeira. E se não fosse suas intervenções, até mesmo corajosas, a reserva estaria, hoje, com mais da metade de sua área descoberta.

As 60 madeiras localizadas no Alto Vale do Itajaí que rem sobrevivem. Mas o maior estoque de matéria-prima está, justamente, localizado na reserva indígena. Por isso, a cobraça prevalece em todos os sentidos e os índios tornaram-se impacientes diante da possibilidade de sempre contar com um pouco de dinheiro no bolso. A lei da Funai, entretanto, os proíbe de fazer qualquer tipo de negócio com os brancos. A alternativa, então, é a clandestinidade, a que se submetem de corpo e alma, com o auxílio dos que que rem a madeira a todo custo.

Um outro fator contribuiu para o índio assimilar os hábitos dos brancos: a miscigenação. O casamento de brancos com índias e a paixão dos indígenas pelas peles claras das descendentes germânicas, tornaram a reserva uma extensão da sociedade, apenas com os limites impostos pela lei de proteção ao índio.

Com a dificuldade de motivar o índio e seus companheiros brancos a produzirem nas lavouras, o IBDF só vê uma saída: promover um inventário da reserva florestal e instituir critérios técnicos para a comercialização da madeira, a fim de impedir que a ganância comprometa a ecologia.

Sem abrir mão das medidas que exigem ordem na derrubada de árvores, o IBDF concedeu até hoje apenas uma autorização para se processar o corte. Foi para abrir uma área destinada a instalação de novas moradias e lavouras, em decorrência da necessidade de transferir a comunidade para um local mais alto, face à inundação provocada pela barragem de Ibirama.

O IBDF permitiu a derrubada de 1.240 metros cúbicos de madeira previamente selecionada pelo próprio Instituto. "Acabaram derrubando 12 mil metros cúbicos", lembra o Delegado Ulisses Rogério Arruda, para quem só existe uma saída: exercer fiscalização permanente. Mas observa:

— O IBDF não pode fiscalizar dentro da reserva porque seus fiscais não têm garantia de vida.

Para encontrar uma solução, reuniram-se na sede do IBDF a Funai, Governo do Estado, DNOS, Polícia Federal e representantes da comunidade indígena. Ficou estabelecido que o IBDF faria o inventário das áreas florestais a serem exploradas de forma racional.

— A pedido da Funai, o IBDF

executou o trabalho de marcação de mil metros cúbicos de madeiras que deveriam ser extraídas em benefício direto para a comunidade indígena. Entregamos o inventário em abril para a Funai mas até hoje o trabalho não foi sequer implementado, lamenta Ulisses Arruda.

Como se isso não fosse suficiente para irritar os dirigentes do IBDF, a Funai, através de sua Delegacia do Paraná, entrou, na última semana com um novo pedido para derrubar mais três mil metros cúbicos de árvores, a fim de ajudar os índios, em suas necessidades dentro da reserva.

O pedido não foi atendido e o IBDF advertiu que "vamos fiscalizar fora da reserva. E apreenderemos qualquer carregamento de madeira que parta da reserva, e puniremos todos os que estiverem cortando ou comprando madeira da área".

Mas a Funai, pressionada pelos índios, se vê em situação difícil. "Estamos com muita dívida e precisamos de grana", disseram os membros de uma comissão indígena, que, na sexta-feira, foi ao Paraná falar com o Delegado José Carlos Alves, da Funai.

Diante da intransigência do IBDF, a Funai encontrou uma outra alternativa.

— Vamos propor a comercialização dos 13 mil metros cúbicos de sassafrás, que estão embargados, apesar de já cortados e empilhados. Se não forem comercializados já, vão apodrecer, disse José Carlos Alves, acrescentando, porém, que o IBDF não quer a venda de madeira sem que se firme, porque se não houver critérios para a derrubada das árvores, o Vale do Itajaí estará comprometido com o corte indiscriminado.

O agrônomo Edívio Batistella, da Funai, acredita que o IBDF deverá liberar a venda dos 13 mil metros cúbicos de sassafrás. E com isso "iremos a região promover uma concorrência pública, já que a venda individual, como querem os índios, faria com que o dinheiro se evaporasse rapidamente".

Para Batistella, há necessidade de levar os índios a se dedicarem a um programa agrícola, de forma a evitar que eles permaneçam dependentes do comércio da madeira. "Vamos realizar um trabalho de conscientização. Mas isto vai levar muito tempo, porque o índio de Ibirama não quer atuar na lavoura, porque o dinheiro não aparece rapidamente. E a miscigenação contribuiu muito para mudar a sua

Já para o Delegado do IBDF, Ulisses Rogério Arruda, há condições de os índios sobreviverem com a madeira, "desde que haja critérios técnicos para o corte, transporte e comercialização".

Na sua opinião, a reserva florestal é suficiente para proporcionar ao índio uma vida decente, sem pôr em risco a ecologia.

Para o Deputado Alvaro Corrêa, o grande mal está no registro de que o índio aprendeu a conviver com o "branco malandro" e agora querem ter os mesmos direitos que a sociedade permite aos brasileiros.

— Eles aprenderam a bater o pé, repercutir e ganhar campo. Eles fazem parte deste País cujas instituições estão todas desmoralizadas em decorrência destes 20 anos de arbítrios, salientou o parlamentar.

FALHA DA FUNAI

O advogado Alvaro Reinaldo de Souza, que assessora o Presidente da Funai Nelson Marabuto, acredita que enquanto não houver uma política indigenista decente, o índio será um eterno problema para a sociedade brasileira.

— Agora que a Funai está pensando em reformular-se. Mas quantos problemas que ela já causou ao próprio índio? Isto porque sempre teve dirigentes que não entendiam do assunto. Chegaram até a colocar pessoas na direção da Funai que eram contra índios.

Entende que se o branco já vive marginalizado "por este modelo brutal de desenvolvimento econômico-social", o índio não poderia estar em condições diferentes, considerando que ele, infelizmente, constitui a última prioridade.

Alvaro Reinaldo de Souza, que também é Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFSC, observa que em Santa Catarina as dificuldades para resolver os problemas dos índios são bem maiores em função do minifúndio e, em contrapartida, das grandes concentrações de terras nas mãos de pouca gente. "Os sem-terra exigem apoio e como não o têm, invadem as terras dos índios, por estarem disponíveis. E a questão do Oeste catarinense".

DIFÍCIL CONVIVÊNCIA

Esta semana, a Funai terá de encontrar uma alternativa para reduzir a tensão na reserva Duque de Caxias. Mesmo que o IBDF libere os 13 mil metros cúbicos de sassafrás para a venda, a Funai não permitirá que o dinheiro seja utilizado para pagar as dívidas. A consciência, como admite a própria Funai, será os índios tentarem um outro meio de conseguir dinheiro. Porque além dos Cr\$ 400 milhões que terão de pagar, seus carros precisam de gasolina e os hábitos adquiridos com os brancos exigem uma cobertura financeira permanente.

Além de tudo, os índios aprenderam a conviver com os brancos. E querem pagar as dívidas porque já sabem o significado da palavra "caloteiro".